

A escassez sazonal de mão de obra na agricultura e o trabalhador nacional. Nem vadio, nem escasso, nem instável (Oeste paulista, 1890-1915)

CLÁUDIA ALESSANDRA TESSARI*

Introdução

Em boa parte da historiografia sobre a transição do trabalho escravo para o livre no Brasil é enfatizada a presença do imigrante europeu na lavoura comercial para exportação e a concomitante “quase ausência” do brasileiro nesta transição (PRADO Jr., 2000; BEIGUELMAN, 1971; FRANCO, 1983; KOWARICK, 1987).

Estudos tentaram resgatar estes “homens esquecidos” (EISENBERG, 1989; DEAN, 1977) e o tema do trabalhador nacional veio recebendo mais atenção desde a década de 1990, com trabalhos sobre o imaginário ou o discurso sobre esse trabalhador (NAXARA, 1998; SALLES, 1995) ou com trabalhos de âmbito regional (MOURA, 1998; MESSIAS, 2003), o circuito urbano (SANTOS, 2003), ou ainda, enfocando a migração (GONÇALVES, 2002). Acreditamos, no entanto, que mais dados podem ser acrescentados quando estudamos aprofundadamente o padrão de demanda e de oferta de mão de obra do período, sendo ele importante para mostrar tanto o *efetivo* trabalho dos nacionais, quanto o *modo* como eles eram utilizados no mundo do trabalho e também para explicar a generalização por parte das fontes e parte da bibliografia de seu “quase não trabalho” provocado pela sua escassez, instabilidade e ociosidade.

Quando observamos o padrão de trabalho no mundo rural percebemos que uma característica importante é que ele não é contínuo, sistemático e linear, como é o trabalho nas fábricas. Por depender demasiadamente das forças da natureza e por ser dependente do ciclo de vida de cada planta, do clima e da ação do clima sobre as plantas, o trabalho agrícola faz-se de maneira descontínua, com tarefas e ritmos diferentes ao longo do ano agrícola e alternando momentos de trabalho intenso, de pouco trabalho e de não trabalho (a vacante). Podemos dizer, portanto, que havia uma alta sazonalidade na demanda por mão de obra na agricultura

* Professora do Departamento de Ciências Econômicas – Unifesp Campus Osasco. Mestre e Doutora em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Muitos autores se referem à questão das exigências sazonais da agricultura quando se referem ao mundo do trabalho durante a escravidão ou durante a transição para o trabalho livre, sem no entanto, colocá-la no centro da análise (GORENDER, 1990; CARDOSO, 1997; CANABRAVA, 1968). Autores que estudaram o período de transição da escravidão para o trabalho livre e que dão ênfase à questão da sazonalidade e suas implicações no mercado de trabalho geralmente são os que analisaram a agromanufatura canavieira, seja na região Nordeste, seja no estado de São Paulo. (EISENBERG, 1977; ANDRADE, 1986; TERCI, 1991).

No entanto, se no estudo da economia canavieira foi dada grande importância para as exigências intermitentes de mão de obra para a análise da formação do mercado de trabalho, na economia cafeeira, por sua vez, esta questão mereceu pouca atenção. Muitos autores apontaram a questão da sazonalidade da produção de café sem, no entanto, relacioná-la mais acentuadamente ao padrão de trabalho que ela conformava (BEIGUELMAN, 1971; DEAN, 1977; HOLLOWAY, 1984; MARTINS, 1979; COSTA, 1977; MONBEIG, 1984). Stolcke & Hall e Brasília Sallum Jr. são exceções entre os autores que estudaram a economia cafeeira. (STOLCKE & HALL, 1983; SALLUM Jr., 1982).

No entanto, todos estes autores que abordaram, em maior ou menor medida, a questão das exigências sazonais de mão de obra da lavoura cafeeira, não a relacionavam de maneira direta à questão do trabalhador nacional. Esta lacuna na bibliografia veio a ser parcialmente preenchida por trabalhos mais recentes que tratam do tema do trabalhador nacional na cafeicultura do Oeste paulista. Denise Moura analisou como a sazonalidade do trabalho na pequena lavoura de subsistência em Campinas no final do século XIX afetava o modo como os trabalhadores nacionais ofertavam sua força de trabalho para a lavoura cafeeira (MOURA, 1998; MOURA, 2007). Num primeiro trabalho, Maria Lúcia Lamounier relacionou a questão da falta ou abundância de mão de obra para os trabalhos de construção de ferrovias aos períodos de picos de demanda por mão de obra nas *fazendas cafeeiras* (LAMOUNIER, 2000). Já num segundo trabalho, a autora relacionou a abundância ou escassez de mão de obra para as ferrovias também a períodos de alta ou baixa demanda por trabalho na agricultura, mas, desta vez à pequena agricultura de alimentos (LAMOUNIER, 2007).

Este artigo relaciona o padrão de demanda por mão-de-obra na agricultura do Oeste paulista – sazonal, descontínuo, incerto e com picos concomitantes de trabalho para as principais culturas comerciais - com os estereótipos do trabalhador nacional.

Sazonalidade e incerteza

Uma das características marcantes do trabalho na agricultura é sua instabilidade e incerteza. Seja ao longo do ano agrícola, seja de um ano para outro, a demanda por trabalho tem grandes oscilações.

Em determinados momentos do ano agrícola, determinadas tarefas *têm de ser* efetuadas; em outros momentos, outras tarefas *não podem ser executadas* sob o risco de a planta cultivada ser perdida ou não render bons frutos, como por exemplo, uma plantação fora do tempo ideal, cuja germinação pode coincidir com momentos de calor intenso, danificando a plantação: “Essas coisas [plantar, colher, capinar, derrubar árvores, castrar animais] devem ser feitas no devido tempo para que surtam o efeito desejado”(SOBRINHO, 1906: 21)

No final do século XIX e início do XX, no Brasil, a produção agrícola era ainda extremamente dependente das determinações naturais, visto que eram inexistentes as inovações químicas e genéticas que viriam alterar de certa forma o ciclo de cultivo ou a demanda por trabalho (como o uso de herbicidas, que viria diminuir a necessidade de mão-de-obra na capinação) (SILVA, 1981: 33; BRANT, 1977: 75). Essa extrema dependência implicava uma alta sazonalidade na demanda por mão-de-obra na agricultura, condicionando momentos de *mais trabalho* (especialmente a época de *plantio e colheita*) ou de *menos trabalho* (especialmente a época dos *tratos culturais*), e, até mesmo, momentos de *vacância* (quando praticamente não se trabalhava).

A análise do calendário agrícola paulista do início do século XX em conjunto mostramos a existência de duas estações bem marcadas (*estação fria ou seca e estação quente ou chuvosa*) e, durante elas, necessidades díspares de mão de obra, apesar de cada planta ter uma distribuição muito particular das tarefas ao longo dos meses do ano.

A *estação fria ou seca*, que em São Paulo vai de abril a setembro, era a estação de trabalho mais intenso. Era a época das *colheitas* que se processavam no hemisfério sul, especialmente as colheitas de produtos comerciais paulistas (café e cana-de-açúcar). Era

também nesta estação que ocorria a *plantação*, a outra atividade que demandava bastante trabalho.

Esta estação do ano demandava trabalho muito mais intenso também porque quase sempre o beneficiamento do fruto colhido ocorria concomitante à colheita. O trabalho era intenso não só pelo fato de exigir maior quantidade de mão de obra mas também porque o trabalho tinha de ser feito em velocidade maior, pois em geral há um limite de tempo bem definido em que o fruto maduro deve ser colhido e beneficiado, após o qual perde valor : “[em abril] os fazendeiros de café devem abandonar tudo para colherem o café despulpado, porque há lugares em que o café amadurece de uma vez, e então torna-se impossível despulpar mais da metade da colheita; o resto só fica preparado como café ordinário que se vende pela metade ou dous terços do café lavado” (CALENDARIO AGRICOLA, 1869: 49).

Além da colheita, beneficiamento e *plantação*, este era também o momento adequado para o transporte das mercadorias produzidas nas fazendas e sítios. As mercadorias deviam ser transportadas logo porque as estações chuvosas provocavam enchentes e alagamentos nas estradas de rodagem, dificultando o transporte das mercadorias ou tornando as estradas intransitáveis (CAMARGO, 1923: 20).

No tempo seco também deviam acontecer as mais diversas atividades não agrícolas do mundo rural, tais como os consertos e construções das instalações das propriedades e das estradas e caminhos: “São trabalhos que devem ser feitos logo, neste mês: a limpeza dos pastos, a reparação das cercas, a limpeza dos tapumes [...]” (SOBRINHO, 1906: 23). Até mesmo as obras públicas tinham de ocorrer no tempo seco. A Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, em ofício pelo qual autorizava os consertos da estrada de rodagem que ligava a Freguesia da Água Branca à do Ò, ressaltava: “mas elles só deverão ser executados em tempo de seca, porque o tempo chuvoso não só dificulta o trabalho como também piora as condições da estrada [...]” (SUPERINTÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, 1890)

Era nesta época, também, que devia acontecer a castração de animais, visto que a pouca umidade dificultava a proliferação de moscas e mosquitos e tornava mais fácil a cicatrização: “(...) Julho é mês proprio para corte de madeira e castração de animais da fazenda, sobretudo porcos...” (SOBRINHO, 1906: 25).

Como a plantação deveria acontecer já em Setembro, nos meses que a antecediam a terra devia ser preparada, e, portanto, o preparo da terra para o plantio dos mais diversos vegetais, inclusive dos pés de café, acabava coincidindo também com o período de colheita e beneficiamento.

A derrubada das matas e queima, tarefas que antecidam a formação dos novos cafezais tinham de ser feitas também neste período: “A época das roçadas deverá ser o período da sêca, isto é, quando as chuvas não possam atrapalhar esse serviço nem dificultar a queima. Prefere-se, em geral, o período de Maio a Agosto” (RAMOS, 1923: 89).

Temos, portanto, que na *estação fria ou seca* (de abril a setembro) a demanda por trabalho era intensa. Neste período, coincidiam as fases de colheita e plantação e o preparo do solo dos principais produtos cultivados em grande escala na lavoura paulista (café e cana-de-açúcar). Coincidiam também neste período seco a castração dos animais, o beneficiamento e transporte dos produtos colhidos, os consertos e construções.

Por outro lado, na *estação quente ou das águas* (de outubro a março), o trabalho a ser realizado era bem menor. Em outubro, quando tinha início a estação quente, o trabalho começava a diminuir atingindo o nível mais baixo de necessidade de mão de obra nos meses de novembro, dezembro e janeiro, pois neste período o calor era intenso e as chuvas tornavam inviáveis diversos trabalhos:

Bem poucos são os serviços culturaes que se praticam neste mez. Não se fazem mais colheitas; as roçadas já não são possíveis; restam apenas os trabalhos de capina e alguma sementeira atrasada (...) a plantação de novembro é condemnável por dois motivos principaes: em primeiro lugar, a maturação corre risco de ser prejudicada pelo frio do outono e depois os trabalhos são muito mais custosos e incertos, devido á persistencia das chuvas. Esta plantação é forçada e só deverá ser executada em caso de força maior (...) Novembro é mau mez para chocar galinhas e castrar animais domésticos. (SOBRINHO, 1906: 28-29).

No entanto, se a maior parte das atividades deviam acontecer no tempo seco e não na *estação quente ou das águas*, a lavoura de cereais (como eram chamadas as lavouras alimentares, como feijão, milho, batata e arroz), contrariamente, concentrava seu ciclo

de produção nesta época do ano: “O único serviço que tem plena atividade neste mez é a colheita de cereaes, cultivados pela rotina” (SOBRINHO, 1906: 29-30).

Como as chuvas faziam crescer mato e erva daninha, era neste período do ano, durante a *estação das águas*, que ocorriam as capinas nas lavouras comerciais de café e cana-de-açúcar, atividade importante, porém menos exigente em mão de obra: “[...] a capina ou carpa é a única operação cultural que tem justo cabimento no mez de Novembro” (SOBRINHO, 1906: 28-29).

Quando observamos os calendários das mais diversas qualidades de plantas cultivadas no Oeste paulista no período, percebemos que as demandas sazonais por trabalho que cada planta implicava, quando sobrepostas, faziam que, num período específico do ano (na *estação fria ou seca*) houvesse bem maior demanda por trabalho, visto que nele coincidiam não só as colheitas das principais culturas comerciais do estado de São Paulo (café e cana-de-açúcar), mas também os trabalhos da horticultura, as atividades de castração de animais e as derrubadas e obras em geral, como os consertos de estradas e cercas, limpeza de valados, etc.

Um dado importante é que, quando sobrepostas as exigências sazonais de trabalho da agricultura de alimentos com as da agricultura comercial (especialmente do café e cana-de-açúcar) e dos trabalhos não propriamente agrícolas requeridos nas fazendas (beneficiamento e benfeitorias), percebe-se a não coincidência das fases de pico de trabalho na primeira com as da segunda. Os três meses de trabalho vago na lavoura de alimentos (maio, junho e julho) coincidiam justamente com os meses de trabalho intenso na cafeicultura, na lavoura canavieira e nas benfeitorias.

Havia na agricultura do Oeste paulista, portanto, momentos em que a atividade era intensa, fosse porque coincidiam o pico de trabalho das várias plantas (especialmente café e cana-de-açúcar), fosse pela coincidência da colheita com o beneficiamento e o transporte, ou fosse ainda pela necessidade de aproveitar o tempo seco (tempo das colheitas) para a realização das várias tarefas agrícolas e não agrícolas do meio rural.

A alternância entre épocas de trabalho intenso, épocas de menos trabalho e momentos de não-trabalho causava uma característica muito peculiar à atividade agrícola: a diferença entre o *tempo de trabalho* e o *tempo de produção*. O *tempo de trabalho* é

quantidade de tempo que o trabalhador dedica às tarefas do processo de produção (preparar a terra, plantar, cultivar e colher), enquanto o *tempo de produção* é a quantidade de tempo necessária para que o produto esteja pronto.

Por volta de 1915, a produção do algodão em São Paulo requeria, em média, 107 dias de trabalho, enquanto o tempo de produção era estimado em 300 dias (ALBUQUERQUE, 1983: 113).

Em 1888, na lavoura cafeeira paulista, estimava-se que o trabalhador gastaria 175 dias para tratar e colher o café. Estes 175 dias teriam de estar distribuídos em meio aos 360 dias decorridos entre uma colheita e outra. Conclusão: o tempo de trabalho era de 175 dias enquanto o tempo de produção era de 360 (GAZETA DE PIRACICABA, 14 ago 1888).

Para a cana-de-açúcar, a época da safra, quando a planta era cortada e moída, costumava ir de maio a meado de novembro. Na enfressafra, entre o plantio e o corte, todo o tratamento limitava-se a três capinas por ano.

Além da sazonalidade típica dos ciclos das plantas e das tarefas exigidas, outro fator a determinar a inconstância da demanda por mão-de-obra era a incerteza quanto à colheita, pois elas podiam variar muito de um ano para outro:

É fato sabido no campo cafeeiro: as colheitas se sucedem mas não se parecem [...] Já se viu em outro lugar como uma florada está sujeita, às vezes, a completo fracasso. Para inutiliza-la em sua quase totalidade, basta, coincidindo com o desabrocho dos botões, que sobrevenha uma chuva pesada, um prolongado vento muito frio ou que, em virtude de secas anteriores ou de uma grande colheita estejam enfraquecidas as árvores.(RAMOS, 1923: 118).

Davatz, em 1850, chegava a afirmar que a diferença de produtividade de um ano para outro era muito considerável, sendo que “a mesma árvore, em um mau ano, produz quando muito a quarta parte do que dá em um ano feliz”. (DAVATZ, 1980: 65; ver também HOLLOWAY, 1984: 119).

O regime pluvial do clima tropical de São Paulo, com suas chuvas irregulares era um agravante para a inconstância das colheitas, que era ainda mais prejudicada nas áreas de povoamento mais novo:

Os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte do Paraná apresentam em toda a sua extensão [...] um regime pluviométrico de tipo tropical indiscutível. Certamente, como sempre acontece, esse regime é acompanhado pela irregularidade das chuvas e também das colheitas. O fazendeiro se compraz em afirmar, com pessimismo bem camponês, que em vinte anos não há senão quatro boas colheitas de café. (MONBEIG, 1984: 62 (grifo nosso))

A inconstância do volume a ser colhido anualmente era provocada também pelas próprias características das plantas. No café, por exemplo, um ano de grande colheita era seguido por outro de pequeno rendimento: “É certo, porém, que mesmo na melhor época essa produtividade [do cafezal] não é idêntica todos os anos, mais intensifica-se, ao contrário, de dois em dois anos, sendo considerável a diferença entre uma boa safra e uma safra pobre” (DAVATZ, 1980, 64). A explicação desta alternância estava no fato de que nos anos de abundância a seiva das árvores era canalizada para a formação dos frutos, ficando os cafeeiros esgotados e sem força suficiente para formar uma boa florada, que, por sua vez, resultaria nos frutos da próxima colheita (CAMINHOÁ, 1880: 96).

Todas estas características do trabalho na agricultura provocava uma grande dificuldade para se estimar a quantidade de mão de obra necessária para a época da colheita. Como as colheitas podiam variar muito de um ano para outro e como os vários indícios de boa colheita podiam não se concretizar, era extremamente difícil para o fazendeiro estimar, ao certo e antecipadamente, o número de trabalhadores necessários.

Era no momento da florada e, portanto, no início de um novo ano agrícola que os fazendeiros faziam novos contratos com os colonos ou renovavam os já existentes. No entanto, o número de colonos contratados não se baseava na quantidade de mão de obra necessária para a colheita, mas pelo número de braços necessários para manter o cafezal limpo, durante a entressafra, visto que o cafezal teria de ser tratado, invariavelmente, sendo boa ou má a perspectiva de colheita (SALLUM, 1982; HOLLOWAY, 1984). Logo, havia diferença entre a quantidade de trabalho constante, isto é, a quantidade que invariavelmente seria necessária para cuidar do cafezal na entressafra independentemente da previsão da colheita, e a quantidade de trabalho no pico, o quantum de trabalho necessário para colher e beneficiar o café.

Alguns autores apontaram que o sistema de colonato tinha a vantagem de manter um exército de reserva dentro da propriedade representado pelas mulheres e crianças (SALLUM, 1982; STOLCKE & HALL, 1983; REZENDE, 2006). No entanto, eles não eram suficientes para suprir toda a demanda por mão de obra. O número de colonos era contratado pelas necessidades médias do trato e não pela necessidade de pico de trabalho (época da colheita, quando também coincidiam vários outros trabalhos, como o beneficiamento, o transporte, os consertos, etc.). Era necessária, portanto, a contratação de muita mão de obra temporária, para além dos familiares dos colonos, para estruturar a atividade produtiva (TESSARI, 2010)

Estas dificuldades para mensurar a demanda por mão de obra provenientes da incerteza e da inconstância do trabalho ao longo do ano agrícola e o fato de o número de colonos ser estimado de acordo com as necessidades de trabalho constante, implicaram a necessidade de que trabalhadores, em não pequeno número ficassem relegados à posição de reserva de mão de obra. Mas não uma reserva que viria a ser explorada apenas anos mais tarde, como muitos autores já apontaram, mas uma reserva de mão de obra para estes momentos de pico de trabalho ou, em outras palavras, trabalhadores em quantidade suficiente para tornar a oferta de mão de obra o mais elástica possível.

O braço escasso

Por parte das fontes, das falas dos fazendeiros e estudiosos dos problemas da agricultura, uma argumentação que permeou o discurso quanto à mão de obra no Brasil, durante séculos, foi a “falta de braços”. Segundo eles, a população seria insuficiente em número para suprir a necessidade de mão de obra da grande lavoura. A historiografia, no entanto, já mostrou que esta tão anunciada “falta de braços” era um mito (EISENBERG, 1989: 223-227; AZEVEDO, 1987: 136; CASTRO, 1995: 358; VANGELISTA, 1991: 77-78). Utilizado ora para justificar a importação de mão de obra africana, ora a asiática, ora a europeia, este argumento foi acionado em épocas diferentes sempre com o mesmo fim: justificar a necessidade de trazer do exterior a mão de obra necessária para o trabalho da grande lavoura brasileira (ALENCASTRO, 1989; LAMOUNIER, 1988).

A análise do discurso contido na documentação evidencia, além do mais, uma contradição. Ao mesmo tempo em que alguns alegavam a “falta de braços”, outros

fazem referências à “abundância de trabalhadores”, mostrando que as opiniões divergiam: “São Paulo precisa de braço. Precisa de braço para manter e aumentar sua lavoura... É uma quantidade que pode chegar a proporções vertiginosas, conforme a **opinião de cada qual** e a sofreguidão dos amantes do exagero(...)” (BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO, 1917: 281 (grifo nosso))

Contrariando o discurso de que havia falta de braços, Daefert, diretor do Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo, tentando esclarecer a situação do mercado de mão de obra agrícola em São Paulo em 1895, notava que o problema não era a falta de trabalhadores, mas o seu *excesso*:

Para cultivar todos os cafezaes, cannaviais, capinzaes, etc. que existem em São Paulo, incluindo a administração, a contabilidade e o transporte local, o beneficiamento e o despacho ao mercado, são precisos 95.975 lavradores prussianos. Por que é que este mesmo serviço ocupa entre nós 1.070.248 pessoas? (DAEFERT, 1895: 207.)

O discurso da “falta de braços” não se restringia ao argumento numérico: faltariam trabalhadores também porque não se podia contar com o trabalho da população brasileira que era preguiçosa, instável e exigente:

*[a população nacional] É uma população **respeitavel em numero**, sobria, docil e de facil direcção. Se tivermos forças dirigentes, conhecedoras do que vale a mechanica agricola, se a bondade e a energia debellarem a **vadiagem, um dos maiores cancros que nos devoram**, conseguiremos transformar a nossa lavoura, augmentar a riqueza e, consequentemente, proporcionar o bem estar á grande massa de brasileiros que vegeta miseravelmente, desde o Norte até o Sul (PAES LEME, 1904: 219)*

Como a lavoura paulista era marcada por alta sazonalidade da demanda por mão de obra¹, é difícil dizer se havia ou não escassez *absoluta* de mão de obra. Explicando melhor: se havia escassez, a que época do ano ela se referia, isto é, essa escassez tinha como referência o nível de trabalhadores necessários para os momentos de pico ou de baixa requisição de trabalho?

¹ E por relativa sazonalidade na oferta também quando esta se referia a trabalhadores que também cultivavam suas roças de alimentos (MOURA, 1998; MOURA, 2007)

O que devia haver era uma escassez *sazonal* por mão de obra, típica de setores que necessitam de grande quantidade de trabalho apenas por um curto período de tempo, exigindo a existência de uma oferta fortemente elástica de trabalhadores para estes períodos curtos (RANGEL, 2005: 23-80). Afinal, em economias agrícolas tipicamente sazonais “há sempre trabalhadores demais para as necessidades médias e de menos para as necessidades temporárias” (SILVA, 1981: 51)

A questão da *escassez sazonal de mão de obra* já foi demonstrada por Maria Lúcia Lamounier. Para os trabalhos de construção das ferrovias em São Paulo podia haver *abundância* de trabalhadores nos momentos em que a lavoura de alimentos e de exportação requisitavam *pouco* trabalho. Contrariamente, podia haver *falta de trabalhadores* nos momentos em que as tarefas na lavoura exigiam *muito* trabalho (LAMOUNIER, 2000; LAMOUNIER, 2007)

Se tivermos esta questão em mente - que o que poderia haver era uma *escassez sazonal* de mão de obra provocada pela demanda concentrada no tempo - e analisarmos o discurso contido na documentação, perceberemos que muitas vezes a expressão *falta de braços* era utilizada especificamente para se referir à grande demanda por mão de obra para a colheita, época de pico de trabalho e quando não podiam faltar trabalhadores: “... o Governo, attento á necessidade de prover a lavoura de braços, não descurará os meios de evitar uma possível crise pela **escassez da mão de obra em relação a colheitas** eventualmente mais abundantes.” (ARANTES, 1916: 42 (grifo nosso))

A *falta de braços*, portanto, se realmente existisse, devia não ser generalizada, mas concentrada em períodos específicos do ano agrícola, especialmente durante a colheita, quando coincidiam várias atividades da agricultura paulista. São inúmeras as indicações na documentação de que havia, na verdade, excessivo pessoal para determinadas fases do trabalho: “e não será o lavrador, como hoje se dá, forçado a manter durante o anno todo **pessoal em excesso** para se garantir nos períodos de maior movimento, nas colheitas, por exemplo.” (SILVA TELLES, 1901: 6 (grifo nosso))

Acreditamos que era a alta demanda por mão de obra concentrada no tempo que causava um fato tão contraditório: a *escassez* e, ao mesmo tempo, a *ociosidade* do trabalhador. Ao acarretar que em determinado período as exigências de trabalho tivessem de ser supridas abundantemente e rapidamente, a demanda sazonal por mão de

obra fazia parecer que, em determinados momentos, não havia gente o suficiente (pelo menos não o bastante para assegurar a empresa rural contra a ameaça de ter de concorrer por mão de obra na época de pico da demanda por trabalhadores). Ao mesmo tempo, ao acarretar que em outros momentos houvesse pouco trabalho a ser realizado, toda esta gente que era necessária para os momentos de pico ficava sem trabalho.

Não estamos, no entanto, querendo dizer que havia uma *efetiva* escassez de braços, mesmo nos momentos de pico de trabalho. Queremos dizer é que o que havia era falta de gente *sobrante* para garantir que as fazendas não tivessem de concorrer entre si e com outros setores por mão de obra na hora em que mais necessitavam de trabalhadores.

A *escassez de braços* tinha como ponto de referência, portanto, o exército de reserva necessário para os momentos de pico de trabalho, momento crucial para a empresa rural cafeeira, quando a falta de trabalhadores prontamente disponíveis para as *fainas agrícolas* poderia significar enormes perdas: “[os fazendeiros] são mais alarmados que qualquer outro pela instabilidade do trabalho agrícola, porque a falta de braços no momento da colheita pode ser desastrosa” (DENIS, 1911: 226). Em outras palavras, aqueles que afirmavam haver *escassez* tinham como referência a necessidade de oferta totalmente elástica de mão de obra para permitir a flexibilidade de custos que uma atividade sazonal exige. O exército de reserva, que permitiria a grande elasticidade da oferta de mão de obra, daria à empresa cafeeira a certeza de conseguir arregimentar trabalhadores de maneira intermitente, na quantidade necessária e apenas pelo tempo requerido pelo capital.

O braço vadio

Ao mesmo tempo em que fazendeiros, seus representantes e corpo técnico apontavam a escassez de trabalhadores como justificativa para a importação de mão de obra, queixavam-se também da existência de abundantes turmas de vadios, ociosos, *sem eira nem beira* a perambular pelas cidades e estradas, sem fixar-se em trabalho algum. Aqui temos explícita a contradição de um mercado de trabalho que em alguns momentos requeria muitos trabalhadores por um período concentrado no tempo e, em outros, não necessitava deles.

Gilberto Freyre já havia chamado a atenção para uma característica comum às várias regiões americanas de colonização monocultora: o emprego do trabalhador durante uma parte do ano apenas, na outra parte ficando um período de ócio (FREYRE, 1985: XIII). Rebeca Scott, estudando a transição da escravidão para o trabalho livre em Cuba, uma economia açucareira e, portanto, com alta sazonalidade no trabalho, apontou que banir a vadiagem era “também num certo sentido contraditório, já que alguns trabalhadores estavam condenados a ficarem desempregados na entressafra” (SCOTT, 1991: 223).

Em vista do que demosstramos sobre o padrão de demanda por trabalho na agricultura do Oeste paulista da virada do século – irregular, incerto e inconstante - consideramos importante acrescentar o dado da *desocupação* à questão da vadiagem do trabalhador nacional. Ligia Osorio Silva já havia chamado a atenção para o *desemprego* como motivo para a *vadiagem* (SILVA, 1983). Achamos importante acrescentar ainda outro dado, o do desemprego *sazonal*, aquele provocado pela demanda inconstante por trabalho no campo. Devemos lembrar que o trabalho regular não era predominante, muito menos o trabalho que durava o ano inteiro e que, excluindo-se os contratos de colonos, praticamente todos os outros eram contratos ou ajustes (verbais ou escritos) por tarefas ou por dia de trabalho (TESSARI, 2010). Portanto, a menos que o trabalhador conseguisse arranjar outra coisa para fazer entre sua dispensa e sua recontração, ficaria *desocupado*.

Nas economias agrícolas pré-industriais, a desocupação na entressafra não tinha a mesma conotação daquela das economias industriais. Nas primeiras, marcadamente agrícolas e manufadoras, boa parte do *tempo de trabalho* não coincidia com o *tempo de produção* (sendo o primeiro geralmente menor que o segundo), havendo assim *tempo sobranete* durante o tempo de produção.

Nas economias pré-industriais, este tempo sobranete não era encarado como desemprego porque o trabalhador empregava-o na produção dos artigos para sua subsistência (fossem alimentos, fossem seus derivados, fosse na construção civil, entre outros). Se o *tempo sobranete* não tinha a conotação de desemprego, no entanto, tinha a de ociosidade. Quando havia a roça de subsistência e a manufatura rural acessória, alguns dos que ficavam desempregados na entressafra voltavam para os trabalhos em suas roças de alimentos, outros para os trabalhos da manufatura doméstica e, outros ainda, iam em

busca de ocupações intermitentes onde pudessem se empregar no período entre as colheitas, como no trabalho da construção das ferrovias (MOURA, 1998; MOURA, 2007; LAMOUNIER, 2000; LAMOUNIER, 2007). Portanto, quando o trabalhador ainda tinha acesso à terra e quando ainda era o trabalhador que produzia grande parte de seus bens de subsistência, o *desemprego sazonal* não tinha a conotação de *desemprego*, mas de *ociosidade*.

Moura já mostrou que mesmo que o trabalhador estivesse trabalhando para si próprio, era comumente encarado como *ocioso*: “o lugar do trabalho não passava necessariamente pela fazenda ou pelas atividades institucionalizadas, mas não era assim que a elite cafeeira o concebia em termos do discurso, silenciando outras condutas, generalizando-as e metaforizando-as” (MOURA, 1998: 255)

Ora, mas como vimos, a agricultura requer mão de obra de maneira intermitente e muitas vezes extremamente concentrada no tempo. Se a economia de determinada região fosse formada de maneira em que as várias demandas sazonais de mão de obra se intercalassem umas às outras, o emprego na região seria mais estável. Já em regiões monocultoras ou em regiões onde as principais culturas agrícolas tinham picos de trabalho concomitantes, o problema do desemprego sazonal era maior, visto que nestas regiões a demanda por trabalho se elevava repentinamente para, num outro momento, baixar em todas as propriedades ao mesmo tempo. Desta maneira, este grande contingente de trabalhadores necessário para garantir a elasticidade da oferta de mão de obra para os momentos de pico de trabalho, ficava também *ocioso*, no momento da entressafra. Assim, o que muitas vezes era nomeado com vadiagem era, em boa parte das vezes, *desemprego sazonal* ou o resultado dele.

O braço instável

Outra característica relacionada ao “trabalhador nacional” e fortemente apontada pelos fazendeiros para justificar a *quase não utilização* da mão de obra nacional foi a instabilidade destes trabalhadores que não se prestavam ao serviço regular. No entanto, estas mesmas fontes, por vezes, afirmavam que para os trabalhos mais instáveis eles eram excelentes trabalhadores: “Os caboclos e os libertos, se não oferecem um trabalho contínuo, são excelentes para os trabalhos **temporários** de desmatamento ou ainda para a criação e condução do gado.” (COUTY: 321 (grifo nosso))

A tese da instabilidade do trabalhador nacional foi utilizada como um dos argumentos para justificar a opção pelos imigrantes estrangeiros para o trabalho na lavoura cafeeira de São Paulo. O argumento central era que o trabalhador nacional era instável, não permanecendo por muito tempo num mesmo trabalho ou numa mesma propriedade e executando as tarefas de maneira sempre intermitente.

No entanto, durante o período da imigração em massa quando levadas e levadas de imigrantes estrangeiros chegavam a São Paulo anualmente, o problema da instabilidade do colono estrangeiro também existia. O imigrante era considerado instável porque ao final de cada ano agrícola, quando venciam seu contrato, retiravam-se da fazenda à procura de nova oportunidade (em outra fazenda, em outra atividade, nas cidades ou em outro país) (PETRONE, 1985: 95-113). Esta instabilidade, considerada por Pierre Denis, em 1911, a mais impressionante característica da vida rural no Estado de São Paulo (DENIS, 1911: 207) era causada em boa medida pela inconstância da própria demanda por mão de obra para a colheita:

As causas de exodo de colonos para a republica platina são entretanto, bem conhecidas. Depois de uma enorme colheita como a do ano findo, e na emergencia de uma safra muito reduzida no ano seguinte, era natural que os trabalhadores das fazendas, apurados os seus pecúlios, viessem avolumar o movimento de retiradas, que anualmente, depois da colheita, se opera entre os colonos. (Botelho, 1907: XIII) (grifo nosso)

O final da colheita era seguido por uma migração geral dos trabalhadores agrícolas, que livremente se deslocavam. Algumas estimativas chegavam a apontar que entre 40 e 60% dos colonos deixavam as fazendas anualmente.

Ora, então a maior parte dos trabalhadores, fossem nacionais, fossem estrangeiros, eram instáveis? Por que essa coincidência? Como vimos, o trabalho permanente (aquele que era regular ao longo do ano) não era o predominante. O que predominava era o trabalho *irregular*, o trabalho que era feito em épocas específicas e por determinado período de tempo. Como, então, dizer que o trabalhador era instável se o próprio trabalho era inconstante e irregular?

Quanto à instabilidade do colonato, ela era relacionada, é certo, a outras questões além da inconstância das colheitas, como, por exemplo, à fragilidade da relação entre o

trabalhador e a terra, fragilidade esta criada pelo sistema de colonato. Porém, por mais que a *instabilidade* do colono fosse de fato relacionada a outras questões além da inconstância da colheita, o que nos interessa aqui é destacar que na lavoura paulista do período todos os trabalhadores pareciam ser instáveis.

Quando Bassanezi analisou as ocupações na fazenda Santa Gertrudes, uma das mais importantes fazendas de café do Estado de São Paulo, notou correlação entre nacionalidade e tempo de permanência na fazenda. Os portugueses, os nacionais e o espanhóis eram os que permaneciam menos tempo na fazenda e os italianos e germânicos, mais. A autora também mostrou que havia correlação entre o tipo de contrato e o tempo de permanência, sendo o camarada solteiro o mais instável (BASSANEZI, 1973: 263-264). Estas duas relações (nacionalidade e tipo de contrato), porém, quando correlacionadas entre si, nos mostram que os nacionais eram os mais instáveis porque justamente eles eram contratados para as tarefas mais inconstantes: eram contratados como camaradas por dia ou por empreitada, tipos de ajustes de trabalho que permitiam ao fazendeiro desfazer-ser do trabalhador a qualquer momento.

Rosane Messias notou que os brasileiros contratados como trabalhadores por dia eram arregimentados pelas mesmas fazendas durante anos seguidos, demonstrando que os fazendeiros não viam nesta *instabilidade* um problema, se não, tenderiam a contratar, em anos subsequentes, trabalhadores diferentes. Contrariamente, este era um tipo de contrato que beneficiava a própria fazenda, que podia pagar apenas pelos dias de trabalho necessários. (MESSIAS, 2003)

Muitas pessoas trabalhavam por pouco tempo em cada fazenda durante os momentos de pico de trabalho e tinham que mudar de um emprego a outro (quando conseguiam) se não quisessem ficar sem remuneração durante a entressafra.

Atribuir à mão de obra o caráter de instável, portanto, é paradoxal num mundo em que o próprio trabalho era irregular. O trabalho é que era instável, mais do que a mão de obra o era, tanto é que várias medidas sugeridas por fazendeiros, secretários de agricultura e pessoal técnico para tornar esta mão de obra “menos instável”, passavam por alternativas que visavam estabilizar a *demand*a por trabalho e não alterar características morais do trabalhador. Nas discussões em torno da instabilidade do trabalhador, as sugestões giravam em torno de medidas que resultassem na criação de oportunidades de

trabalho ao longo de todo o ano agrícola, oferecendo ao trabalhador alternativas de trabalho no momento de *desocupação*: “O recurso consistirá na vulgarização das culturas ou indústrias susceptíveis de se consorciarem á exploração cafeeira. Essas culturas ou industriais deveriam utilizar a mão de obra durante 8 mezes do anno e deixa-la disponível durante a colheita do café” (BOLETIM DA AGRICULTURA, 1914: 47)

Apesar de estarmos frisando a importância de observarmos a própria instabilidade da demanda por trabalho não devemos nos esquecer que uma parte da oferta de trabalho também era instável. Esta parte é aquela referente ao trabalhador que oferecia sua mão de obra às fazendas de maneira que pudesse intercalar as tarefas na grande propriedade com as tarefas de sua roça alimentar. Denise Moura, que estudou as relações de trabalho entre o pequeno lavrador de roças de alimentos e a grande propriedade cafeeira em Campinas, mostrou que a presença dos pequenos lavradores no mercado de mão de obra cafeeiro revelava o ajustamento de temporalidades de trabalho diferentes, ou seja, o ritmo de trabalho da roça se ajustava ao da fazenda produtora e exportadora de café. A autora também mostrou, no entanto, que da parte dos cafeicultores isto envolveu a criação de uma série de estereótipos sobre o trabalhador nacional livre, que posteriormente foram incorporados pela historiografia (MOURA, 2007: 96).

O conjunto da documentação investigada por Moura lhe permitiu levantar a hipótese de as razões que levavam os trabalhadores nacionais ao desvio temporário de suas obrigações estarem associadas às demandas cíclicas de trabalho nas roças de alimentos. Mas a própria autora ponderou que esta hipótese, contudo, diz respeito especificamente ao segmento dos lavradores que tinham acesso à terra, enquanto que o trabalhador nacional livre (ou liberto) e pobre englobava diversas categorias sociais que necessitam ser melhor compreendidas nas suas diferentes inserções no mercado de mão de obra livre em formação (MOURA, 2007: 98).

Se tivermos em mente a questão da grande instabilidade da demanda por mão-de-obra, podemos inferir que todos estes segmentos sociais constituintes da categoria “trabalhador nacional” estavam sujeitos a trabalhar apenas esporadicamente, a não ser que conseguissem intercalar trabalhos com diferentes prazos de duração ou que conseguissem serviços que se sucedessem ao longo do ano.

Portanto, a *escassez de braços*, a *ociosidade do trabalhador nacional* e a *instabilidade dos trabalhadores* compõem a outra face de uma mesma moeda: a das exigências altamente sazonais e incertas de trabalho numa economia agrícola pré-capitalista.

As exigências intermitentes e incertas de mão de obra, se por um lado, podem explicar em boa parte características do trabalho que eram atribuídas ao trabalhador, por outro lado podem explicar também a necessidade de manutenção de uma população ociosa que era crucial para o desenvolvimento adequado das atividades altamente sazonais.

O discurso da *falta de braços*, portanto, deve ser lido também como o discurso da necessidade de grande número de trabalhadores disponíveis à fazenda nos momentos de pico de trabalho possibilitando a flexibilidade de contratar, demitir e recontratar. Estar disponível significava estar pronto para ser arrematado em número suficiente, pelo prazo necessário e no momento exato em que o trabalho nas fazendas exigisse, em outras palavras, compor uma oferta elástica de trabalhadores.

Se o capital precisa de flexibilidade da mão de obra, o capital no campo, com as características da inconstância e incerteza das exigências de trabalho, precisa mais ainda. É assim que podemos entender que, ao mesmo tempo em que havia gente ociosa, havia falta de trabalhadores.

Ao exigir quantidade e intensidade de trabalho de maneira intermitente, a agricultura gerava momentos de ócio seguidos de momentos de trabalho intenso. Nos momentos de pico de demanda de trabalho na agricultura paulista, em que eram requeridos não poucos braços, parecia haver escassez de mão de obra. Nos momentos de entressafra, no entanto, sobravam trabalhadores que, se não tivessem outra atividade na qual empregar seu trabalho, ficariam “ociosos”.

Referências

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; CATELLI, Roberto. “Trabalho escravo e trabalho compulsório no Brasil: 1870-1930” In: *Relatório de pesquisa (1987-1989)*. São Paulo: Cebrap, 1989.

Almanach Ilustrado do Lavrador Paulista para 1905 organizado por Julio Brandão Sobrinho, inspetor do 1o distrito agronomico. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.

Almanach Ilustrado do Lavrador Paulista para 1906 organizado por Julio Brandão Sobrinho, inspector do 1o distrito agronomico. São Paulo: Duprat & Comp., 1906.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.* São Paulo: Atlas, 1986.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco – o negro no imaginário das elites – século XIX.* RJ: Paz e Terra, 1987.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *Fazenda de Santa Gertrudes. Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista. 1895-1930.* Rio Claro, SP: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro. Aspectos políticos.* São Paulo: Edusp, 1971.

CAMINHOÁ, Luiz Monteiro. *Cana de assucar e café. Relatório apresentado ao Governo Imperial pelo engenheiro Luiz Monteiro Caminhoá.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CASTRO, Hebe Maria Mattos G. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis” In: *Estudos Cebrap*, São Paulo: 1977, 19, p. 37-92.

“*Calendario Agricola de S. V. Vignerons Jousselandière*” In: *Catechismo de agricultura para uso das Escolas de Instrução primaria do Brasil por Antonio de Castro Lopes.* Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.

CAMARGO, João Ayres de. *As estradas de rodagem do Estado de São Paulo; artigos publicados no Jornal do Commercio de São Paulo.* São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Co., 1923.

CANABRAVA, Alice “A grande lavoura” In: *História Geral da Civilização Brasileira, Brasil Monárquico*, tomo 2, v.4, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil.* Trad. de Maria Helena Rouanet. Introdução e notas de Kátia M. De Queirós Mattoso. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

DAEFERT, F. W. “A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo” In: *Relatório do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo em Campinas, Coleção dos Trabalhos Agrícolas extrahidos de 1888 – 1893*, São Paulo: Typ. da Companhia industrial de São Paulo, 1895, p. 201-209.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850).* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DENIS, Pierre. *Brazil*. 1911.

EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.

_____. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 1977.

“Emigração inter-regional para as colheitas” In: Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras publicas do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano 7, n. 23, 2º trim 1917, p. 275-283.

FAUCHÈRE, A. “Melhoramentos possíveis diante da situação econômica da cultura cafeeira no Brasil” In: Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1914*. São Paulo: 15ª serie, ns. 4-5, abr mai 1914, p.400-404.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Gazeta de Piracicaba. Piracicaba, SP: 14 ago 1888.

GONÇALVES, Paulo César. *Migração e mão de obra. Retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da FFLCH/USP, 2002.

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. “Agricultura e mercado de trabalho. Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção das ferrovias em São Paulo, 1850-1890” In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n.2, p. 353-372, abr-jun 2007.

_____. “Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX” In: *História Econômica & história de empresas*, vol. III, n.1, 2000, p. 43-76.

_____. *Da escravidão ao trabalho livre (a lei de locação de serviços de 1879)*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem – A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1916, pelo Dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MOURA, Denise A Soares de. “Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888)” In: *América Latina en la Historia Económica*, v. 27, jan-jun 2007, p. 79-110.

_____. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

Ofício da Superintendencia de Obras Publicas do Estado de São Paulo, 22 abr 1890, caixa 05204.

PAES LEME, Pedro Gordilho. “Imigração” In: *Revista Agrícola*, São Paulo, anno IX, n. 5, 15 abr 1904, p. 218-221.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração” In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1985, tomo III, vol. 2, p. 93-133.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense Publifolha, 2000.

RAMOS, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Pap. Santa Helena, 1923.

RANGEL, Ignácio. “A questão agrária brasileira” In: BENJAMIM, César. (org). *Ignácio Rangel. Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 23-80.

REZENDE, Gervásio Castro de. “Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica” In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, vol. 44, no 01, p. 47-78, jan/mar 2006.

SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos (representações do trabalhador nacional. 1870-1920)*. São Paulo: tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História/FFLCH, USP, 1995.

SALLUM Jr., *Brasilio. Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 1991.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1906*. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke, 1907.

SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo, Editora Hucitec, 1981. (Economia e Planejamento)

SILVA, Lígia Maria Osório. “Comentário ao texto de Boris Fausto *Controle Social e criminalidade em São Paulo (1890-1924)*”. In: Paulo Sérgio Pinheiro (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA TELLES, Augusto C. “A produção brasileira” In: *Revista Agrícola*. São Paulo: 15 jan 1901, n. 66, p. 1-7.

STOLCKE, Verena; Hall, Michael. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3, n. 6, set. 1983, p. 80-120.

TERCI, Eliana Tadeu. *A agroindústria canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social (1880-1930)*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da PUCSP, 1991.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. Campinas, SP [s.n.], 2010.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura. Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano di cultura/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.